



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2014
<b>Local</b>	Porto Alegre
<b>Título</b>	A Inserção do Cone Sul na Estratégia Estadunidense de Guerra Global ao Terror
<b>Autor</b>	LAURA VICENTIN LAMMERHIRT
<b>Orientador</b>	EDUARDO MUNHOZ SVARTMAN

A presente pesquisa tem como objetivo contribuir para as investigações sobre a inserção do Cone Sul na lógica estadunidense de combate ao terrorismo através do processo de securitização da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. A política dos Estados Unidos para o subcontinente sul-americano durante as últimas décadas da Guerra Fria pode ser definida como restrita a áreas e temas que iam ao encontro de seus próprios interesses, nos termos de um multilateralismo emergente, aliado à crescente preocupação com as chamadas "novas ameaças". Ainda que região não constituísse uma área de alta prioridade para a superpotência, ela nunca esteve fora do foco de atenção deste governo no que tange a sua agenda de segurança - foi a maneira e a intensidade com a qual a América Latina foi inserida nesta que oscilou ao longo do período, através de três pontos focais: a América Central, já desgastada pela forte intervenção sofrida durante década de 1980; a região andina, cuja importância crescia devido ao endurecimento da imprudente "guerra às drogas" estadunidense; e, finalmente, a região da fronteira comum entre Argentina, Brasil e Paraguai. Esta última chamou a atenção dos Estados Unidos em 1992 e 1994 devido aos ataques à embaixada israelense e à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* (AMIA) em Buenos Aires, os quais teriam sido orquestrados por "terroristas islâmicos" ingressados no país através da Tríplice Fronteira, território estigmatizado há décadas como uma zona de baixo controle governamental devido ao chamado "potencial nexos crime-terror". Nesta região, a coordenação das políticas de prevenção ao terrorismo era de interesse exclusivo dos governos argentino, brasileiro e paraguaio, sendo aquele o responsável por liderar a iniciativa de inserção do terrorismo internacional na agenda de segurança do Cone Sul logo após os atentados em sua capital. Em 1996, criou-se o Comando Tripartite para a Tríplice Fronteira, o qual previa mecanismos de cooperação para a segurança da região, intercâmbio de informações e integração de um banco de dados comum. A partir de então, verificou-se uma crescente institucionalização em direção à coordenação regional coletiva. Contudo, após setembro de 2001, os Estados Unidos passaram a participar do processo decisório de coordenação política da região através do estabelecimento de um Grupo de Trabalho Permanente sobre Terrorismo (GTP) e, em 2002, da criação do Mecanismo (ou Comissão) 3 + 1. A última década presenciou, enfim, a crescente insistência norte-americana, de acordo com os discursos oficiais e veículos midiáticos, na reconfiguração "ameaçadora" deste espaço como "santuário" do terrorismo internacional, baseado no fato de lá residir uma comunidade libanesa de expressão significativa, a qual supostamente estaria enviando remessas de dinheiro para o Líbano, e cujo objetivo seria o financiamento do grupo Hezbollah. O objetivo geral da pesquisa consiste na análise do processo de securitização da chamada Tríplice Fronteira, i.e., na maneira com a qual discursos de atores significativos construíram este território como zona de ameaça e a inseriram na agenda de segurança internacional. Para tanto, além da vasta bibliografia específica consultada, foram levantados uma série de periódicos e documentos oficiais dos quatro países envolvidos no processo. Resultados preliminares da pesquisa apontam para uma reconfiguração dos interesses norte-americanos na região a partir dos atentados de setembro de 2001, traduzida na combinação dos discursos antidrogas e antiterrorismo como forma de manter a agenda de segurança do Cone Sul sob esfera de influência estadunidense. A adoção de práticas políticas excepcionais por parte dos Estados Unidos tem no Mecanismo 3+1 seu melhor exemplo, cujo próprio nome já explicita o caráter extraordinário da participação de um país que, até então, restringia suas atividades ao apoio às iniciativas regionais.